

O PROJETO JAIBA E A AGRICULTURA FAMILIAR

SILVA, Ezequiel dias da¹
SILVA, Lílian Damares de Almeida²
GOMES, Leonardo Ferreira³
FONSECA, Ana Ivania Alves⁴

RESUMO:

O Projeto Jaiba é o maior projeto de agricultura irrigada da América Latina, e tem como objetivo principal desenvolver a região norte mineira, onde se encontra instalado. Privilegiando tanto a agricultura familiar, quanto ao agronegócio. Este artigo propõe uma análise dos cinquenta anos de existência do projeto Jaiba, no tocante a agricultura familiar. Para tanto, utilizaremos como metodologia uma revisão bibliográfica, bem como, a visita em loco para melhor analisar o projeto. O artigo será dividido em três seções, a saber: faremos um levantamento histórico da implantação do projeto na região semi-árida do Norte de Minas. Posteriormente, entender como foi pensado o assentamento dos colonos dentro do projeto e finalmente fazermos uma comparação das intenções propostas no projeto inicial e o que de fato foi concretizado nesse meio de século de existência.

Palavras – chave: Desenvolvimento – Agricultura Familiar – Norte de Minas -

ABSTRACT:

Jaiba Project is the largest project of irrigated agriculture in Latin America, and has as main objective to develop the northern mining region, where it is installed. Favoring both the family farm, how to agribusiness. This article proposes an analysis of fifty years of the project Jaiba with regard to family farming. For so much, as a literature

¹ Acadêmico do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Montes Claro – Unimontes – Membro do grupo de pesquisa em Geografia Rural - Gerbrac

² Acadêmica do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Montes Claro – Unimontes – Membro do grupo de pesquisa em Geografia Rural - Gerbrac

³ Acadêmica do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Montes Claro – Unimontes – Membro do grupo de pesquisa em Geografia Rural - Gerbrac

⁴ Professora Mestre do Departamento de Geo-Ciências da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Doutoranda pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Bolsista da Fapemig. Coordenadora do grupo de pesquisa em Geografia Rural – Gerbrac

review methodology, as well as the visit in loco to better analyze the project. The article will be divided into three sections, namely: do a historical survey of the project implementation in the semi-arid North Mine. Subsequently, understanding how the settlement was thought of the settlers within the project and finally we make a comparison of the proposals in the initial design intentions and what was actually achieved through this century.

Key-words: development-Family Agriculture- North Mines

A CONCEPÇÃO DO PROJETO JAIBA

O projeto Jaiba é concebido na década de 1950, o projeto irrigação do Jaíba teve sua concepção com as primeiras iniciativas governamentais de ocupação planejada na região denominada Mata da Jaíba, entre os rios São Francisco e Verde Grande. Mas foi na década de 1970, que o projeto Jaíba de fato começou a ser implementado e constitui hoje, o maior projeto público de irrigação em área contínua da América Latina. Trata-se de um mega empreendimento que até os dias atuais ainda não trouxe o retorno esperado. De uma forma geral, pode-se notar uma contradição, dificilmente há um consenso quando se fala de Projeto Jaíba. Porém nesse artigo abordaremos o ponto de vista da agricultura familiar e seus percalços. Dados os cinquenta anos de existência do projeto Jaiba e a enorme soma de recursos aplicados para a execução desse projeto é importante que façamos uma análise das viabilidades e perspectivas da agricultura familiar nesse projeto. Entendemos que no projeto Jaiba ocorreu uma mutação da agricultura familiar como bem expressa (WANDERLEY, 2001: 21).

“A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação” (WANDERLEY, 2001: 21).

É com esses ares de novidade que desponta o projeto Jaiba e sua percepção para essa modalidade de produção numa área antes tida como infértil. Para tanto, é necessário que alguns pontos sejam elucidados para melhor entendimento do contexto em que se

dá essa implantação. Um dos pontos mais críticos colocados por alguns moradores do projeto, e mesmo em levantamentos feitos nas cidades circunvizinhas de Matias Cardoso, Jaíba, Itacarambi e Manga, é unânime por parte dos moradores que o grande problema do projeto se caracterizou a partir da forma de assentamento dos primeiros colonos. Segundo a Codevasf, caberia a mesma a seleção dos assentados. a instituição primeiramente foi realizado um cadastro no qual puderam se inscrever pessoas de todo o país, com experiência na agricultura. Porém, esse fato de ter experiência na agricultura não foi condições *sine qual non* para que os colonos fossem assentados. Segundo relatos orais varias pessoas assentadas não tinha o menor vínculo com a terra, isso possibilitou uma retirada de muitos dos assentados no final de dois anos de assentamento. Onde os benefícios e o não cultivo da terra começaram a ser um problema para as famílias. As famílias eram assentadas conforme (ARAÚJO et al, 12008) As frentes de assentamento iam sendo implantadas e suas origens são as mais diversas, tanto no que se refere a território, como em atividades profissionais. Outros problemas são vivenciados pela agricultura familiar e estão relacionados às questões da desorganização social e da baixa participação, que influenciam direta e negativamente a comercialização e o acesso ao crédito e com o passar dos anos o distanciamento dos governos para repensar o modelo até então implantado. Nesse sentido nos apoiamos em (ABRAMOVAY, 1992, p.22-127) o autor coloca que a agricultura familiar é altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder as políticas governamentais [...] Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho. Para esse autor, em lhe sendo favorável esse ambiente e com apoio do Estado, a agricultura familiar preencherá uma série de requisitos, dentre os quais fornecer alimentos baratos e de boa qualidade para a sociedade e reproduzir-se como uma forma social engajada nos mecanismos de desenvolvimento rural. Nesse sentido, percebemos no interior do projeto uma grande desconexão real para o ideal dentro dos parâmetro da agricultura familiar, pois em nenhum momento o projeto prever o mercado interno, uma grande questão que fica é como inserir esse modo de produzir a uma economia agroexportadora. Sendo que esses trabalhadores não têm a técnica e nem o modelo para essa economia de mercado internacional. O pensamento de Abramovay fica claramente evidenciado quando expressa que “Se quisermos combater a pobreza, precisamos, em primeiro lugar,

permitir a elevação da capacidade de investimento dos mais pobres. Além disso, é necessário melhorar sua *inserção* em mercados que sejam cada vez mais dinâmicos e competitivos”. Um dos pontos negativos percebido no projeto é exatamente no escoamento da mercadoria com preços justos para o produtor, pois a figura do atravessador⁵ e facilmente descrita pelos agricultores. o produtor nem sempre é dotado de conhecimentos matemáticos e econômico, cada produtor sabe quanto plantou e quanto espera produzir, mas não existe a preocupação de saber a soma dessas produções.

Ao fazermos um levantamento histórico da implantação do projeto na região, percebemos sua estrutura em projetos pensados nos Estados Unidos, Segundo (RODRIGUES 2002) sua base está na década 1933, onde presidente americano Roosevelt, criou no vale do rio Tennessee uma agencia de fomento para o planejamento da bacia do mesmo. Esse modelo visava integrar ações de políticas agrícolas, da água e energia. Com base neste projeto, essa proposta foi adotada pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL⁶, com o objetivo de estabelecer as relações econômicas entre os centros e a periferia no âmbito da divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, as políticas brasileiras se encaminharam para execução de projetos para atender áreas prioritariamente mais pobres do país com a necessidade da presença do Estado. Calcada na política do desenvolvimento estatal, dado ao momento histórico e político pelo qual passava o país.

Foram criadas algumas superintendências e órgãos de fomento como a CHESF (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco), SUVALE (Superintendência do vale do São Francisco), SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) etc. Assim, o Brasil

⁵ O atravessador sua preocupação é em comprar a mercadoria e não em produzi-la. Suas comprar está baseada unicamente em obtenção do lucro, quando ele chega em uma propriedade ele já sabe o preço que pode pagar aos produtores. Porque tem a informação do preço pelo qual vai conseguir vender. Fica sabendo rapidamente quando o preço começa a variar, seja na alta, seja na baixa, e é nessas fases que ele ganha mais. Está em constante contato com seus compradores, busca informações sobre as safras, faz telefonemas, enfim, mantém-se informado. Antes de a colheita começar, ele já sabe as tendências dos preços.

⁶ foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros. Ela é uma das cinco comissões econômicas da Organização das Nações Unidas (ONU) e possui 44 estados e oito territórios não independentes como membros

passa a fazer parte da política de intervenção na economia. E da “premissa de que há uma tendência de quase todos os programas públicos caminharem na direção da “territorialização” das suas ações e, em menor grau, de construírem políticas territoriais”, com isso na segunda metade da década de 50 o Norte de Minas passa a fazer parte da área de atuação da SUDENE e, posteriormente, da CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba).

A macro região norte mineira, maior região administrativa do estado, tem por características marcantes um clima de altas temperaturas, com precipitações irregulares e solo em algumas áreas pouco fértil e com a produtividade agrícola baixa e aplicação de técnicas defasadas, com áreas semi-industrializadas ou nenhuma industrialização. É neste contexto que se dá a implantação de um mega projeto de irrigação. O Projeto Jaíba é concebido na década de 1950, mas sua implementação se deu de fato na década de 1970. O projeto teve sua concepção, com as primeiras iniciativas governamentais de ocupação planejada na região denominada Mata da Jaíba, entre os rios São Francisco e Verde Grande, fruto do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento⁷, o Projeto Jaíba tem como proposta desenvolver a agricultura de irrigação numa área de 100.000 hectares se consolidando assim como o maior projeto de irrigação da América Latina. De toda a extensão do projeto 32.000 hectares seriam destinados à agricultura familiar, portanto a conclusão deste projeto nos termos descritos, materializaria o desenvolvimento da região atraindo investimentos e gerando uma boa cota de empregos e renda.

Entretanto, o Distrito Irrigado de Jaíba trata-se de um mega empreendimento que até os dias atuais ainda não trouxe o retorno esperado. De uma forma geral, pode-se notar que existe muita contradição quando se fala de Projeto Jaíba. Sejam na mídia, nos jornais, livros, nas pesquisas e nos relatos, dificilmente há um consenso. Porém neste artigo faremos uma análise desse projeto no âmbito da agricultura familiar e seus

⁷ O II Plano Nacional de Desenvolvimento, também chamado II PND (1975 -1979), foi um plano econômico brasileiro, lançado no final de 1974. Foi instituído durante o governo do general Ernesto Geisel e tinha como finalidade estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia. O II PND foi uma resposta à crise econômica decorrente do primeiro choque do petróleo, no fim do chamado "milagre econômico brasileiro".

percalços. Dado os cinquenta anos de existência do Projeto Jaíba e a enorme soma de recursos aplicados para a sua execução, é importante que façamos uma análise das viabilidades e perspectivas da agricultura familiar nesse projeto. Entendemos que no Projeto Jaíba ocorreu uma mutação da agricultura familiar como bem expressa (WANDERLEY, 2001: 21).

“A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação” (WANDERLEY, 2001: 21).

Encontra-se hoje na área do projeto 1800 famílias assentadas, segundo informações levantadas diretamente na sede do projeto. O projeto é dividido em quatro etapas, sendo a primeira destinada ao assentamento de colonos e para a agricultura familiar, esta já está concluída, pelo menos em termos estruturais. Mas é possível localizar dentro desta área lotes abandonados, arrendados ou alugados. As áreas abandonadas segundo, informações da CODEVASF se dão por falta de aptidão de alguns colonos para a agricultura. Contudo, em entrevista aos colonos e registros de pesquisas sobre este mesmo tema, pode-se constatar que além do problema da falta de aptidão para lidar com a terra, a maioria dos colonos que abandonaram seus lotes alegou a falta de assistência de órgãos governamentais (assistência técnica, financeira e logística). O que aponta para outro problema: o processo seletivo que contemplou com lotes de terra desde professores e comerciantes a profissionais liberais, cujo interesse por tal aquisição só pode ser explicado pela atividade especulativa, cabendo a RURALMINAS (Fundação Rural Mineira) a execução desta seleção. Segundo a instituição, primeiramente foi realizado um cadastro no qual puderam se inscrever pessoas de todo o país, com experiência na agricultura. As famílias eram assentadas conforme (ARAÚJO et al), as frentes de assentamento iam sendo implantadas e suas origens são as mais diversas, tanto no que se refere à território como em atividades profissionais. Outros problemas são vivenciados pela agricultura familiar e estão relacionados às questões da desorganização social e da baixa participação, que influenciam direta e negativamente a comercialização e o acesso ao crédito e com o passar dos anos o distanciamento dos

governos para repensar o modelo até então implantado. Nesse sentido nos apoiamos em (ABRAMOVAY, 1992, p.22-127) o autor coloca que a agricultura familiar é altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder as políticas governamentais [...] Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho. Para esse autor, lhe sendo favorável esse ambiente e com apoio do Estado, a agricultura familiar preencherá uma série de requisitos, dentre os quais fornecerem alimentos baratos e de boa qualidade para a sociedade e reproduzir-se como uma forma social engajada nos mecanismos de desenvolvimento rural. Nesse sentido, percebemos no interior do projeto uma grande desconexão real para o ideal dentro dos parâmetros da agricultura familiar, pois em nenhum momento o projeto prevê o mercado interno, uma grande questão que fica é como inserir esse modo de produzir a uma economia agroexportadora. Sendo que esses trabalhadores não têm a técnica e nem o modelo para essa economia de mercado internacional.

O pensamento de Abramovay fica claramente evidenciado quando expressa que “Se quisermos combater a pobreza, precisamos, em primeiro lugar, permitir a elevação da capacidade de investimento dos mais pobres. Além disso, é necessário melhorar sua *inserção* em mercados que sejam cada vez mais dinâmicos e competitivos”. O titular do lote tem um prazo de vinte anos para o pagamento da terra e esta não pode ser vendida, arrendada ou alugada antes da posse definitiva que se dá após a quitação da dívida com o governo, mas apesar da ilegalidade das vendas, estas aconteceram ou acontecem. O arrendamento comum e o que mais preocupa na sua freqüência, é o fato de incidir na Etapa I destinada a agricultura familiar, sendo arrendados dois ou mais lotes vizinhos por médias e grandes empresas, num processo de proletarização do pequeno produtor. Que em concorrência com a grande propriedade e a agroindústria sucumbe a força do grande capital por não dispor de técnica e estrutura para atingir uma produção competitiva (KAUTSKY, 1972).

Entre os lotes ativos na fase I, grande parte não atinge uma produção suficiente para garantir um padrão de vida digno à família que o ocupa, visto a precariedade das moradias, a inadimplência com bancos além das altas contas de água e energia elétrica, produzindo a insatisfação dos produtores que se vêem presos a enormes dívidas.

A tendência para as monoculturas (a fruticultura), pode ser fator determinante para as unidades de produção familiar, pois esta atividade tende a atender o mercado externo ou metrópoles nacionais em grau de exigências superior ao mercado local, exigindo do agricultor familiar técnicas e maquinários de que não dispõe, além disso, há o descarte dos produtos que não atingem o índice de qualidade esperado, e também o problema da perecibilidade. Estes fatores aliados a produção em grande escala desestimula a multifuncionalidade mola mestra da agricultura familiar que tem como uma de suas principais características a diversidade da produção nas pequenas propriedades. A fruticultura precisa de escoamento e comercialização rápida aliados a distancia em que a área produtiva se encontra dos grandes centros, fica favorecida assim a ação do atravessador, minimizando assim a renda do produtor.

Pelo visto tudo aponta para o favorecimento da grande propriedade, pois o que temos em vista é uma mega projeto, apoiado no ideal desenvolvimentista dos governos pós-guerra (marcados pela propaganda ideológica) de enorme custo social, ambiental e econômico. Tendo em vista todo o atraso sofrido pelo projeto, a fantástica quantia investida US\$ 470.000.000,00 e estando concretizada em parte da etapa I, parece previsível o desvirtuamento sofrido na área destinada a agricultura familiar, que de maneira distorcida é ocupada por médios e grandes produtores. Produzindo assim monoculturas como banana, limão, pinha, atemóia etc.

A situação em que se encontra a agricultura familiar atualmente no projeto Jaiba, demonstra claramente que a concepção do projeto estava mais preocupada em atender a demanda expansionista do capital por meio da territorialização, deixando em segundo plano o desenvolvimento deste modelo. A questão da territorialidade tem tomado dimensões cada vez maiores nos debates políticos e econômicos, de acordo com Cazella, Bonal e Maluf:

No transcurso da última década a noção de território assumiu importância destacada nos discursos do gestores de políticas públicas de numerosos países inclusive no Brasil. (Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil, p.25).

As gestões indígenas e a luta pela terra, principalmente das regiões mais isoladas do Brasil: Centro – Sul,. Tem levado os governos aos mais diversos níveis a colocar em pauta a questão da territorialização. O capital tem papel importante neste processo, uma vez que para se expandir há que conquistar novos territórios. O empreendimento aqui estudado se apresenta como um programa planejado e executado, no sentido de consolidar uma territorialização do grande capital na agricultura regional. Para Cazella, Bonal e Maluf:

No que diz respeito a agricultura e ao meio rural, o território aparece cada vez mais como uma entrada programática inovadora e privilegiada, para renovar a concepção do desenvolvimento rural (p. 25).

No estudo que nos propomos fica claro a urgência de um territorialização marcada pela presença de uma lógica que favorece a atividade monoprodutora (monocultivo de fruticultura) orientada para abastecimento do mercado externo, concorrendo pequenos e grandes unidades produtoras, numa total desigualdade de forças, inviabilizando assim a multifuncionalidade da agricultura familiar, que é a mola mostra da mesma.

Um dos pontos negativos percebidos no projeto é exatamente o escoamento da mercadoria com preços justos para o produtor, pois a figura do atravessador⁸ é facilmente descrita pelos agricultores. o produtor nem sempre é dotado de conhecimentos matemáticos e econômicos, cada produtor sabe quanto plantou e quanto espera produzir, mas não existe a preocupação de saber a soma dessas produções. O pequeno produtor se vê obrigado a passar para frente a sua produção por preço muito aquém do que realmente deveria ser.

⁸ O atravessador sua preocupação é em comprar a mercadoria e não em produzi-la. Suas comprar está baseada unicamente em obtenção do lucro, quando ele chega em uma propriedade ele já sabe o preço que pode pagar aos produtores. Porque tem a informação do preço pelo qual vai conseguir vender. Fica sabendo rapidamente quando o preço começa a variar, seja na alta, seja na baixa, e é nessas fases que ele ganha mais. Está em constante contato com seus compradores, busca informações sobre as safras, faz telefonemas, enfim, mantém-se informado. Antes de a colheita começar, ele já sabe as tendências dos preços.

CONCLUSÃO

Ao analisarmos o Projeto Jaíba percebemos o favorecimento da grande propriedade, pois o que temos visto é um mega projeto, apoiado no ideal desenvolvimentista dos governos pós-guerra (marcados pela propaganda ideológica) de enorme custo social, ambiental e econômico, sem contudo, se adaptar a uma realidade que veio sofrendo ao longo dos últimos 50 anos. O Projeto Jaíba constitui hoje o maior projeto público de irrigação em área contínua da América Latina, Mas que até os dias atuais ainda não trouxe o retorno esperado. De uma forma geral; pode-se notar que existe muita contradição envolvendo o Projeto Jaíba. Seja na mídia; nos jornais; livros; nas pesquisas e nos relatos; dificilmente há um consenso: uns destacam aspectos positivos; outros ressaltam os negativos.

Essa é uma pesquisa que está em construção, porem a obtenção dos dados foi feita por meio de entrevistas semi-estruturadas; além da análise documental e bibliográfica e da técnica de observação não participante. A partir dos coletados; pôde-se perceber a insatisfação dos agricultores com relação à situação atual do Projeto Jaíba. Em alguns casos é muito clara a situação em que se encontra a agricultura familiar atualmente no projeto Jaíba, demonstra que a concepção do projeto estava mais preocupada em atender a demanda expansionista do capital por meio da territorialização, deixando em segundo plano o desenvolvimento deste modelo embora acreditem que algumas alternativas vêm se destacando. Para isso; considera importante o apoio do governo; principalmente no sentido do direcionamento de políticas específicas que estimulem o capital social e adequem o capital financeiro à realidade da agricultura familiar irrigada; respeitando as particularidades e potencialidades de seu público-alvo.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ARAUJO, Thiago Carvalho Alves De. Et all, **A Organização Social Da Agricultura Familiar do Projeto Jaíba-Mg como Desafio para o Desenvolvimento Local Sustentável.** <http://www.sober.org.br/palestra/6/333.pdf> - acessado 13/04/2010

BRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1992, 275 p.

Cazella A.A., Bonnal P., Maluf R.S. 2009. In : Cazella Ademir A. (ed.), Bonnal Philippe (ed.), Maluf Renato S. (ed.). *Agricultura familiar : Multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil.* Rio de Janeiro : Mauad Ed., p. 25-45.

RODRIGUES, Luciene. **Potencial da agricultura irrigada como indutora do desenvolvimento regional: o caso do Projeto Jaíba no Norte de Minas Gerais.** *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 32, n. 2, p. 206-232, abr-jun. 2001.

WANDERLEY, N. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: TEDESCO (Org.) *Agricultura familiar: realidades e perspectivas.* Passo Fundo- RS: UPF, 2001, 405 p.